e-ISSN: 2177-8183

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: PANORAMA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE FEIRA DE SANTANA

ASSESSMENT OF BASIC EDUCATION: OVERVIEW OF PUBLIC SCHOOLS IN FEIRA DE SANTANA

EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN BÁSICA: PANORAMA DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS DE FEIRA DE SANTANA

Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo
lore@uefs.br
Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências
Universidade Estadual de Feira de Santana

Josivânia Santana de Cristo
josi.santana981@gmail.com
Estudante de Engenharia Civil, bolsista de IC
Universidade Estadual de Feira de Santana

Brenda Ferreira de Jesus dos Santos
brendafs_@hotmail.com
Pedagoga
Universidade Estadual de Feira de Santana

Isabele de Araújo Rodrigues Lima
limaisabele73@gmail.com
Estudante de Licenciatura em Matemática
Universidade Estadual de Feira de Santana

e-ISSN: 2177-8183

RESUMO

A partir do mapeamento dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o artigo apresenta um panorama dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas de Feira de Santana. A pesquisa, descritiva e exploratória, mostra que há uma oscilação no tocante à participação e aos resultados em toda a série histórica, bem como que há, na média, um melhor desempenho na esfera estadual em detrimento da municipal, sendo esta a que agrupa os estudantes que estão nos níveis socioeconômicos mais baixos. Espera-se que os resultados sejam utilizados por gestores, com possibilidade de qualificação da participação das escolas nos processos de avaliação em larga escala e melhoria dos resultados.

Palavras-chave: Saeb. Ideb. Ensino fundamental. Avaliação educacional.

ABSTRACT

Based on the mapping of data from the Basic Education Assessment System, this article presents an overview of the final years of elementary school in public schools in Feira de Santana. The descriptive and exploratory research shows that there is a oscillation in terms of participation and results throughout the historical series, and that on average, better performance at the state level than at the municipal level, which groups students who are in the lowest socioeconomic levels. It is expected that the results will be used by managers, with the possibility of qualifying the participation of schools in large-scale assessment processes and improving results.

Keywords: Saeb. Ideb. Elementary education. Educational assessment.

RESUMEN

A partir del mapeo de datos del Sistema de Evaluación de la Educación Básica, el artículo presenta un panorama de los últimos años de la Educación Primaria en las escuelas públicas de Feira de Santana. La investigación, descriptiva y exploratoria, muestra que existe una oscilación, en cuanto a participación y resultados a lo largo de la serie histórica, e que hay en promedio un mejor desempeño a nivel estatal en detrimento del nivel municipal, que es aquella que agrupa a los estudiantes que se encuentran en los niveles socioeconómicos más bajos. Se espera que los resultados sean utilizados por los gestores, con la posibilidad de calificar la participación de las escuelas en procesos de evaluación de gran escala y mejorar los resultados.

Palabras clave: Saeb. Ideb. Educación elemental. Evaluación educativa.

e-ISSN: 2177-8183

INTRODUÇÃO

A partir da Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), inicia-se um processo de implementação de avaliações com o objetivo de apresentar um panorama da educação brasileira, a partir do levantamento periódico de informações por meio de testes padronizados e questionários. Com o decorrer dos anos e em grande parte sob a liderança ativa do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ocorreu a qualificação nos processos de avaliação em larga escala, com a produção de um arcabouço de dados que sustentam a necessidade de manutenção e ampliação dos investimentos para a educação básica e o estabelecimento de políticas de Estado que garanta minimamente a continuidade de um conjunto de ações governamentais e uma estabilidade para a gestão educacional.

Assim, a pesquisa se propôs ao mapeamento da participação das escolas de Feira de Santana (FSA) no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), além dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e da Prova Brasil, incluindo dados referentes ao Censo Escolar. Espera-se que o panorama apresentado auxilie na implementação de ações que qualifiquem a gestão escolar e contribua para outros estudos, principalmente pela escassez de pesquisas sobre o tema no *lócus* estudado, observada na busca junto ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Apresenta-se, no decorrer desta leitura, além dos entraves e avanços encontrados no processo de coleta de dados, uma contextualização do município de FSA e um panorama da participação das escolas. Com isso, fomentou-se uma discussão sobre o cenário educacional das escolas de ensino fundamental, a partir das informações e dos resultados publicizados à luz do Ideb, Saeb e Censo Escolar.

e-ISSN: 2177-8183

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante a todos os cidadãos o direito à educação, sendo dos governos federais, estaduais e municipais a responsabilidade pelo acesso, pela permanência, pela avaliação e pelo financiamento. Na busca para enfrentar os desafios e as demandas do contexto brasileiro da época, após a Ditadura Militar (1964-1985), as políticas de avaliação se intensificaram (Saviani, 2018) com o objetivo de apresentar um quadro do sistema educacional brasileiro pautado em dados e, consequentemente, auxiliar gestores na tomada de decisões, de modo a promover uma sociedade mais justa, por meio do estabelecimento de políticas sociais.

Freitas *et al*. (2009) estabeleceu como forma de sistematização três níveis diferentes, mas integrados, do campo da avaliação educacional: avaliação de aprendizagem, avaliação institucional e avaliação de sistemas. Assim,

> as avaliações em larga escala [de sistemas] são um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitem verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas (Freitas *et al*., 2009, p. 47).

Vale explicitar que o trabalho em questão está de acordo com tal visão, na medida em que as avaliações nacionais de larga escala podem ser compreendidas como uma política pública que pode gerar um retrato do sistema educacional brasileiro, segundo um olhar externo. Dessa forma, são capazes de fornecer dados comparáveis para gestores, incluindo a possibilidade de analisar contextos similares ou desiguais, o que é de extrema relevância para a garantia da implementação de políticas públicas estatais.

Ao ampliarmos nossa perspectiva para o papel desempenhado pelas diversas avaliações estabelecidas, torna-se evidente que os diversos programas criados têm um papel relevante, havendo adoção dos resultados das avaliações por parte das políticas públicas com viés liberal. Isso, por outro lado, gerou certa resistência em relação a essas ferramentas, bem como à própria prática de avaliação, especialmente quando se tratava de avaliações em larga escala ou de sistemas (Freitas *et al*., 2009).

Esse processo desencadeou, ao longo das últimas décadas, uma efervescência nas discussões no campo da pesquisa em Educação (Almeida; Dalben; Freitas, 2013; Bauer; Gatti, 2013; Fernandes, 2016; Freitas, 2007). Desse modo, observa-se posicionamentos antagônicos entre a defesa do papel das avaliações como um elemento efetivo que fornecessem um panorama das escolas para a garantia de implementação de políticas públicas educacionais, o questionamento quanto ao processo de execução, em especial dos testes padronizados, e o uso in(devido) dado aos resultados publicizados, gerando apenas uma competição entre sistemas de ensino, escolas e até mesmo entre gestores.

Em uma sociedade na qual existe um profundo debate quanto ao papel do Estado na garantia dos direitos sociais e os recursos são disputados, é importante contrapor os investimentos recebidos com os indicadores de qualidade da educação e produzir informações objetivas para o auxílio da gestão escolar, de modo a garantir melhores resultados (Galvão; Silva; Silva, 2021). No contexto dos processos de avaliação educacional, gestores escolares têm papel de centralidade, uma vez que fica sob sua responsabilidade as etapas de alimentação das informações e da criação de estratégias que promovam a compreensão da importância da participação efetiva da comunidade escolar no preenchimento de questionários e realização das provas.

Visto isso, cabe destacar que, no cenário brasileiro, a avaliação nacional implementada por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica foi aprimorada desde o início de sua implantação, na década de 1990. De acordo com Mesquita (2012), se por um lado ocorreu ampliação do acesso à educação básica desde a redemocratização, por outro lado o Saeb demonstra que as políticas adotadas para garantir uma educação de qualidade têm falhado.

Em 2007, esse debate contribuiu para a criação de um indicador de desempenho escolar, o Ideb, que tenta equilibrar fluxo e aprendizagem, por meio dos dados do Censo Escolar e das médias do Saeb, para expressar, em um conceito, a qualidade da educação de uma escola e consequentemente dos sistemas (Inep, 2007). Aqui, entende-se qualidade da educação como um fenômeno complexo que

> envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos (Dourado; Oliveira, 2009, p. 205).

Para além dos fatores intraescolares e extraescolares, estudos como os de Albernaz, Ferreira e Franco (2002), Franco, Alves e Bonamino (2007), Gadotti (2010) e Soares (2004) sugerem a avaliação como uma possibilidade de monitoramento da educação na luta contra a mercantilização. Além disso, demarca-se a necessidade de pensar uma educação de qualidade na perspectiva da sustentabilidade e, principalmente, voltando-se contra as avaliações em larga escala como um processo de culpabilização de escolas e professores.

É importante destacar que os resultados da Prova Brasil (atual Saeb) foram/são importantes para o Ideb, pois auxiliam na definição do repasse dos recursos do governo federal destinados às escolas públicas e estão disponíveis à sociedade como ferramenta de monitoramento das políticas governamentais. Assim, as avaliações contribuiriam para o alcance da qualidade na educação ao possibilitar a perspectiva de um sistema educacional no qual crianças e adolescentes tivessem acesso garantido, sem ocorrência de distorção idade-série e de evasão escolar.

NOSSO LÓCUS: A PRINCESA DO SERTÃO

Compreender a cidade de Feira de Santana é importante para dimensionar o alcance da pesquisa. A uma distância de 110 km da capital baiana, na hierarquia urbana, a Região Metropolitana de FSA é considerada a maior do interior do Norte e Nordeste. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população é de 616.272 habitantes, estabelecida em uma área territorial de 1.304.425 km^2 (IBGE, 2022).

Segundo o Inep (2022), FSA contou, nas redes de ensino pública e privada, com 699 estabelecimentos de ensino na educação básica, dentre os quais 255 ofertavam turmas para a educação infantil, 363 para o ensino fundamental e 81 para

o ensino médio. Além disso, conta com 6.207 docentes, dos quais 800 atuaram na educação infantil, 3.723 no ensino fundamental e 1.684 no ensino médio (Inep, 2022)

Em relação à organização administrativa, Feira de Santana possui sistema municipal de ensino próprio, sendo responsável pela educação infantil e por escolas de ensino fundamental – anos iniciais e grande parte dos anos finais, após o processo de municipalização. Essa transição entre estado e município ocorre na Bahia principalmente após 2019 e se encontra em fase de finalização.

Ainda, é importante destacar que, contrário ao fenômeno da ampliação das vagas do ensino superior na rede privada em detrimento da rede pública (Vicente; Dias; Sano, 2018), na educação básica o Estado é, e assim deve continuar em todas as esferas administrativas, o maior mantenedor da formação das crianças e dos jovens em idade escolar. Para ilustrar, vale explicitar que o número de matrículas nas redes pública e privada foi de 75.786 no ensino fundamental e de 25.501 no ensino médio (Inep, 2022), sendo aproximadamente 73% desse quantitativo na rede pública de ensino em FSA, demonstrando para a formação da sociedade a importância da educação pública.

CAMINHOS DA PESQUISA

O presente estudo se caracteriza por uma abordagem quanti-qualitativa, de natureza descritiva, uma vez que objetiva a exibição de um panorama que busca descrever e estabelecer relações entre variáveis. Ademais, aproxima-se de um estudo exploratório, por ter o aprimoramento de ideias como foco principal, bem como possibilita considerar os diversos aspectos relativos ao fenômeno investigado (Gil, 2002).

A revisão de literatura permitiu compreender o estado atual do conhecimento acerca do tema (Araújo; Oliveira; Santos, 2022). A análise documental (Pimentel, 2001), com tratamento qualitativo, baseou-se em documentos oficiais das secretarias de educação e, principalmente, nos sistemas públicos de informação do Inep. Cabe

destacar que os dados foram coletados em portais públicos oficiais, em especial no sistema de Acesso Público ao Boletim da Escola, no qual foi realizado o mapeamento do Ideb de 2005 a 2021 e dos indicadores contextuais e resultados da Prova Brasil de 2011 a 2021[1] de 91 Instituições escolares que ofertam o ensino fundamental - anos finais, das redes públicas estadual e municipal.

O recorte temporal definido considerou a implementação das políticas de avaliação, a reestruturação do Saeb em 2005, a criação do Ideb em 2007 e a disponibilização dos dados por escola. Com isso, o período de análise selecionado foi de 2011 a 2021 – último ano de resultados divulgados até a finalização dessa coleta –, de modo a garantir uma linha do tempo de participação do município no processo.

Nesse cenário, ressalta-se que as dificuldades encontradas na coleta e análise de dados ocorreram principalmente devido às instabilidades do sistema supracitado, o qual informava não haver resultados para a instituição escolar selecionada e para os filtros informados, como uma espécie de erro. Na terceira e última revisão da fase de coleta, encontrou-se dados que até então estavam indisponíveis, reduzindo de oito para quatro o número de escolas sem quaisquer dados durante toda a série histórica.

No âmbito do acesso aos dados no próprio município, as dificuldades enfrentadas residem na ausência de informações públicas e organizadas sobre as escolas da rede, como endereço e gestores atuais. Tais informações permitem, por exemplo, que se categorize geograficamente as escolas (urbana e campo).

Posto isso, salienta-se que as informações das escolas da rede estadual se encontram publicadas, ainda que nem sempre atualizadas, mas com limitações. Como exemplo, tem-se os seguintes questionamentos: quais escolas foram municipalizadas e quando isso aconteceu? Essa simples informação proporciona impacto na pesquisa, no que se refere, por exemplo, à compreensão dos investimentos que passam a ser recebidos por determinada escola, a partir da municipalização.

[1] No Saeb constam os dados detalhados apenas a partir de 2011. Antes disso, não eram disponibilizados os resultados por escola, apenas de modo geral, por município, estado, região ou nacional.

Para conseguir acesso a essas informações, necessárias à qualificação dos dados, tem-se feito solicitações formais junto aos setores das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, ainda que o retorno seja quase inexistente. Infere-se aqui que os motivos giram em torno da dificuldade de tramitação dos pedidos e compreensão do uso dos dados ou, ainda, pela ausência dessas informações sistematizadas nas secretarias.

Todos os dados foram registrados em acervo digital (relatórios, notas técnicas, planilhas), de modo que atualmente temos um banco de dados em Excel com as informações de cada escola de FSA, o qual se pretende que posteriormente seja possível disponibilizar, por meio de aplicativo com interface amigável, na perspectiva de auxiliar tomadas de decisão pelos gestores. As categorias de análise emergiram da observação das informações e giraram em torno da participação das escolas, da participação dos estudantes, do alcance das metas estabelecidas e dos indicadores contextuais.

Cumpre ainda destacar que, para a análise da série histórica, foi preciso considerar as condições impostas pela pandemia da covid-19[2]. Nesse sentido, apesar de estatisticamente os resultados do Saeb 2021 serem comparáveis com os resultados de anos anteriores, o contexto pedagógico ao qual a gestão escolar, os professores e os estudantes estavam submetidos deve ser considerado na análise dos dados – que será apresentada no tópico a seguir.

O QUE O SAEB (NÃO) NOS CONTA EM FEIRA DE SANTANA

Com o intuito de apresentar o panorama do município de FSA, e a partir do mapeamento das 418 instituições escolares, foi estabelecido como critério de seleção

[2] De 11 de março de 2020 a 5 de maio de 2023, a covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde como uma pandemia. Em 16 de março de 2020, foi publicado o Decreto nº 19.529/2020 do Governo do Estado da Bahia e posteriores renovações, que determinaram a suspensão das atividades presenciais em Educação. Ao final de 2021, as atividades presenciais foram retomadas gradativamente com medidas de proteção, após a ampliação da cobertura vacinal.

as escolas que estavam aptas, segundo o Inep, a participar da Prova Brasil/Saeb em todo o período analisado. Assim, os dados nos levaram para a análise do universo de 90 escolas públicas das esferas estadual e municipal.

Posto isso, faz-se importante compreender que a participação dos municípios foi alterada no decorrer do período, a partir das mudanças realizadas pelo Inep. Ainda, outros critérios foram estabelecidos, principalmente a mudança de alguns grupos da população de referência. Em 2021, último ano de aplicação para esta pesquisa, foram excluídas as seguintes populações:

> escolas com menos de dez estudantes matriculados nas etapas dos ensinos fundamental e médio; turmas multisseriadas; turmas de correção de fluxo; turmas de educação de jovens e adultos; turmas de ensino médio normal/magistério; classes, escolas ou serviços especializados de educação especial não integrantes do ensino regular; e escolas indígenas que não ministram a Língua Portuguesa como primeira língua (Inep, 2021, p 6).

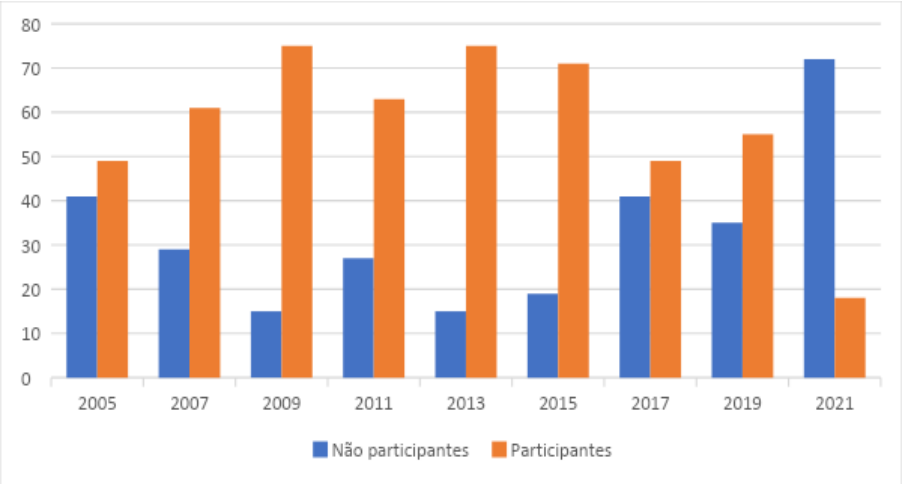
Tais alterações, a partir de critérios técnicos, não garantem um retrato fidedigno das escolas do país, sendo um dos seus efeitos a ocultação de diversas distorções e desigualdades, como afirmam Braga e Miranda (2023, p. 22):

> A instrumentalização das políticas e de seus discursos de neutralidade e de rigor científico, assim como a sua adoção, muitas vezes de forma acrítica, tornam invisibilizadas para as políticas elementos que, por qualquer razão, não chegam, sequer, a ser seu alvo, como é o caso de parte considerável de escolas municipais rurais de todo o país, com maior concentração na região Nordeste.

Nesse contexto, a participação nos processos de avaliação externa deve fornecer aos gestores, em todos os níveis do sistema, informações padronizadas e comparáveis que auxiliem na tomada de decisão para melhoria do processo (Vieira; Tenório, 2010). Visto isso, estabelecemos como primeira categoria de análise a participação das escolas de FSA no Saeb, com dados que podem ser vistos no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Participação das escolas de FSA no SAEB (%)

e-ISSN: 2177-8183



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa (2024).

É possível observar que, a partir de 2007, há uma ampliação na participação das escolas no Saeb, chegando a alcançar quase 80% de adesão em 2009 e 2013. A partir de 2015, a participação entra em declínio, com 20% de participação em 2021 – ano sob os severos efeitos da pandemia da covid-19 (Paula *et al*., 2021).

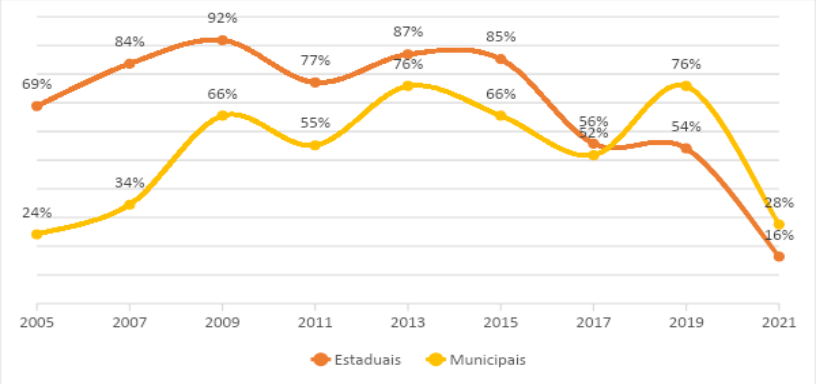
Em relação ao período da pandemia, cumpre ainda registrar que o isolamento e as medidas sanitárias recomendadas deveriam ser acatadas por toda a população. Contudo, havia preocupação principalmente com os espaços de maior aglomeração e contágio, como o espaço escolar, sendo necessária a adoção de diversas medidas de manutenção das atividades, mesmo que em grande parte ineficientes, para garantir o aprendizado dos alunos, principalmente diante das condições de vulnerabilidade econômica, social e tecnológica (Antunes *et al*., 2021; Couto; Couto; Cruz, 2020).

Observou-se ainda em todo o Brasil que, em 2021, há taxas de participação menores de municípios, escolas e estudantes comparado aos anos anteriores. O Inep (2022), em nota explicativa, apresenta a pandemia e seus impactos como o fator principal desta queda, apesar de considerar que as perdas estatísticas foram mínimas diante do cenário. O percentual de 20% de participação das escolas de FSA, comparando com o cenário nacional, mostra uma taxa bem abaixo da média (59,78%). Ressalta-se, ainda, que das 14 escolas que participaram do Saeb, em 2021, apenas quatro foram da rede municipal de ensino.

e-ISSN: 2177-8183

Em termos de participação por esfera administrativa (Gráfico 2), é possível afirmar uma maior adesão da rede estadual, mas com curva de oscilação convergente, no sentido da ocorrência de ampliação ou queda da adesão nos mesmos ano. Isso exceto em 2017, ano em que há uma queda significativa na participação da esfera estadual, convergindo para um percentual próximo de adesão nas duas redes – único ano em que isso ocorre.

Gráfico 2 - Participação de FSA no SAEB por esfera administrativa



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

A crescente adesão das escolas a partir de 2005 e manutenção até a edição de 2015, com pequena queda em 2011, pode ser explicada pela criação do Ideb em 2007. Tal fato vinculou a existência do índice à possibilidade de acesso a diversas políticas públicas, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), Programa Mais Educação (PME), Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), dentre outros (Bartochak; Santos; Sanfelice, 2021).

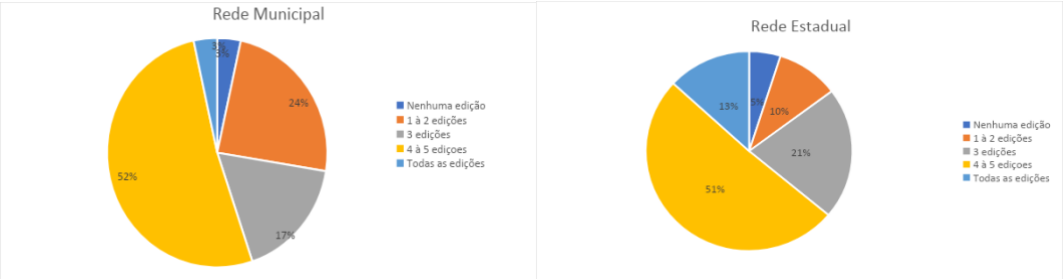
Em 2017 e 2021, os dados mostram o impacto do panorama político nacional na participação das escolas nas duas esferas administrativas. Assim, corroborando com Leher *et al*. (2023), é importante registrar no cenário nacional o desmonte dos investimentos em Educação e a redução no incremento das políticas públicas, em especial as implementadas pelo governo federal no período entre 2016 e 2022, que possuem um discurso para descredibilizar os resultados educacionais e seus órgãos de pesquisa, para além do cenário da pandemia de covid-19.

e-ISSN: 2177-8183

Ao se tratar dos dados de não participação, o ano de 2019 se destaca por ser o único ano em que a esfera estadual apresenta menor adesão, em termos percentuais, comparada à esfera municipal. Como dito anteriormente, o ano de 2019 para a Bahia é singular no processo de municipalização das escolas de ensino fundamental.

Ao analisar a participação de cada escola no Gráfico 3, fazendo um recorte para os dez últimos anos – seis edições –, pode-se afirmar que não há uma linearidade na participação das escolas. Entretanto, independentemente da esfera administrativa, observa-se que a constância de participação se mantém, em média, em 50%, mantendo-se entre quatro e cinco edições do Saeb, com predominância da rede estadual.

Gráfico 3 – Participação das escolas de FSA (2011 a 2021) por rede



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

A segunda categoria estabelecida foi a dos resultados do Ideb nos últimos dez anos. Na Tabela 1, ao analisar comparativamente os resultados e as metas do Ideb projetadas pelo Inep para cada escola, encontram-se dois elementos que despertam interesse: o percentual baixo de alcance das metas em todo o período e a queda significativa a partir de 2015.

Tabela 1 - Escolas de FSA com metas alcançadas (2011 - 2015)

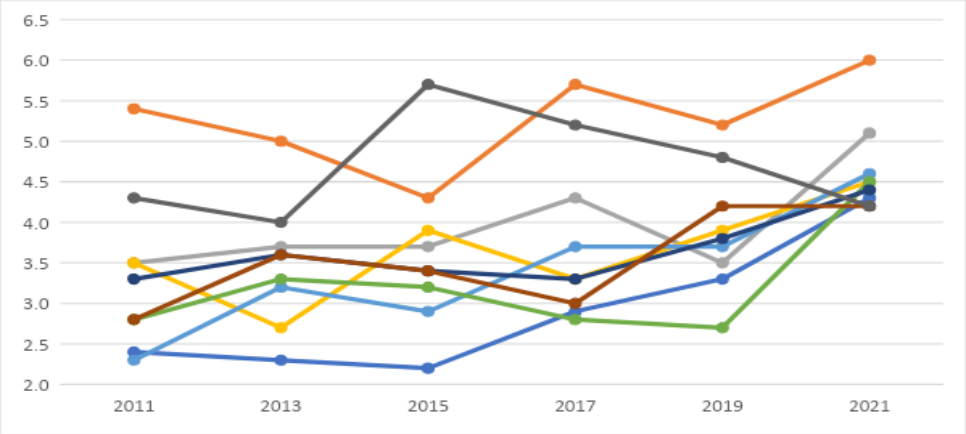
Edição SAEB	Escolas com meta alcançada		Por esfera administrativa	
			Estadual	Municipal
2011	21	23%	16	5
2013	23	26%	18	5
2015	8	9%	4	4
2017	3	3%	1	2
2019	7	8%	2	5
2021	9	10%	7	2

e-ISSN: 2177-8183

Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

No Gráfico 4, ao analisarmos as escolas que participaram de todas as edições do período investigado, observa-se uma oscilação constante nos resultados, com queda e avanço a cada ano de aplicação, sem manutenção de uma linearidade, seja de queda ou de crescimento. Com isso, faz-se importante destacar que, somente uma das nove escolas com participação em todas as edições teve resultado inferior, quando se compara a primeira e a última edição, o que demonstra que há um avanço nos resultados, ao menos na amostra apresentada.

Gráfico 4 – Evolução Ideb das escolas de FSA participantes de todas as edições



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

Contrariando a perspectiva da mídia e de competição, por meio de rankeamento, optamos por não destacar as escolas analisadas, em virtude da defesa do processo avaliativo em larga escala como fornecedor de indicadores de qualidade que dizem respeito, exclusivamente, aos gestores (sistemas e escolas), na busca do estabelecimento de estratégias que garantam a melhoria dos processos educacionais. Isso pois não é objetivo desta pesquisa fomentar a comparação e, consequentemente, a competição entre escolas e gestores.

Na análise dos resultados do Ideb, observa-se, ainda, que as escolas que obtiveram os maiores índices nas duas últimas edições convergem para as que participaram de todas as seis últimas edições ou ainda estão no intervalo de participação em 4-5 edições, nas duas esferas administrativas. Isso permite inferir que a constância na participação proporciona resultados positivos para a escola, seja em

virtude da expertise adquirida pela gestão no levantamento e lançamento dos dados no sistema, seja no trabalho desenvolvido para a participação dos alunos no exame ou, ainda, pela compreensão do papel da avaliação externa para a qualificação dos processos escolares pedagógicos e administrativos. Espera-se que tais inferências possam ser investigadas na próxima etapa da pesquisa.

Fato estabelecido é que escolas que mantêm a constância de participação alcançaram maiores índices no período avaliado, ressaltando as duas escolas em cada rede com o índice maior, que participaram das seis últimas edições e permanecem com esse mesmo resultado ao excluir o ano de 2021 – ano de aumento Ideb na maioria das escolas. Na observação dos dados de variação das notas do Ideb por escola, comparando sempre o resultado ao período anterior, das 85 escolas que participaram de pelo menos duas edições no período, apenas duas tiveram notas em declínio ao longo de todo a série, tendo 99% das escolas oscilado entre as edições, o que demonstrou a falta de linearidade no crescimento dos resultados.

Para efeitos de comparabilidade, estabelecemos a manutenção da nota da edição anterior, no ano em que a escola não participou. Ao fazer essa escolha metodológica, compreende-se que se minimiza a oscilação, principalmente no declínio, uma vez que se considera que a escola, em caso de participação na edição, teria se mantido com o mesmo índice anterior, em vez de ter índice zero.

Posto isso, uma das hipóteses levantadas para essa não linearidade pode estar relacionada às mudanças de gestão nas escolas a cada quatro anos e, ainda, à mudança de gestão dos sistemas de ensino. Essa questão, mesmo com a manutenção de grupos políticos no período estudado, tanto no âmbito municipal como no estadual, explicita que não há uma permanência de gestores, haja vista que são alterados a cada novo ciclo eleitoral. Assim,

> é preciso neste caso, aprofundar o olhar nos dados que compõem o Ideb e compreender a composição do índice e fatores que determinam sua oscilação, como é o caso da Prova Brasil/SAEB no 9º ano do Ensino Fundamental (Araújo; Cristo; Santos, 2024, p. 7).

Tais resultados são importantes uma vez que auxiliam na definição do repasse dos recursos do governo federal destinados às escolas públicas. Nesse contexto, os boletins de desempenho apresentam, além dos resultados das escolas na Prova

Brasil, informações de Indicadores Contextuais e Níveis de Proficiência, sendo estas nossas últimas categorias de análise.

O nível de formação dos docentes, que apresenta o percentual de professores com formação em licenciatura (ou bacharelado com formação pedagógica) na mesma disciplina que leciona, e o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) dos estudantes, possibilitando situá-los em um estrato ou nível social (Inep, 2023), são exemplos dos indicadores contextuais, os quais são essenciais para compreender as condições do trabalho desenvolvido na escola. Observou-se que, em relação ao nível socioeconômico, a maioria das escolas tem um perfil de estudantes nos níveis III e IV, com predominância no nível IV, exceto em 2017, no qual há uma redução na participação das escolas e uma inversão, com maior incidência das escolas no nível III.

Ao comparar os resultados das edições de 2015 e 2017 no nível IV, observa-se que, das 28 escolas não participantes em 2017, 18 se encontravam no nível IV em 2015, o que explicaria a inversão no quantitativo dos dois níveis, para além de uma queda no nível socioeconômico das escolas do município. Une-se a isso a situação do país em 2017, pós-golpe da presidenta Dilma Rousseff e sob forte impacto da crise econômica mundial (Bastos, 2017; Braz, 2017).

Nesse sentido, é importante destacar que, tanto no nível III como no nível IV, os estudantes estão abaixo da média nacional do Inse, o que retrata a profunda desigualdade em um município que possui PIB per capita de R$ 24.456,13 e IDH de 0,712, estando na faixa de médio desenvolvimento, segundo classificação da ONU (IBGE, 2022). Sendo assim, ao analisar os resultados por esfera administrativa não se percebe diferença significativa nos perfis socioeconômicos, apenas uma concentração maior nas escolas municipais no Nível II e nas estaduais no nível V.

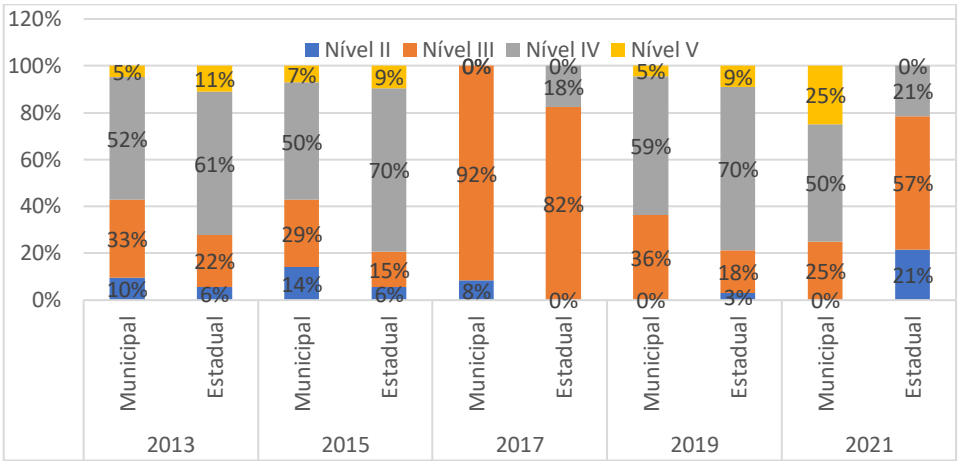
Em 2021, um ponto destoa referente ao nível V (Gráfico 5). Esse fato é explicado em função da única escola municipal que está nesse nível socioeconômico, ao longo de todo o período, ser uma das quatro que participaram do Saeb 2021, aumentando o índice para 25%. No Gráfico 5, é possível visualizar melhor e comparar

e-ISSN: 2177-8183

o nível socioeconômico das escolas, por esfera administrativa, a cada ano de edição do Saeb.

Observa-se que o comportamento do grupo mantém a constância independentemente da esfera administrativa, inclusive em 2017, com a inversão entre os níveis III e IV. Tal fato nos leva a inferir que essa mudança se relaciona com fatores externos às escolas, a exemplo da crise econômica mundial e da instabilidade no país gerada pelo golpe de 2016.

Gráfico 5 – Nível Socioeconômico por esfera administrativa (2013 - 2021)



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

Cabe destacar, ainda, que, ao analisar as escolas do nível II, identificou-se que todas são localizadas nos distritos de FSA, o que demonstra uma maior vulnerabilidade no perfil dos estudantes das escolas situadas no campo. Ademais, não se pode deixar de ressaltar que, segundo dados do IBGE (2010), o município possui, em números absolutos, a maior população rural da Bahia, mas apenas 8% da população feirense reside no campo – fator agravado pelas mudanças na organização territorial ao longo dos últimos anos, com ampliação da malha urbana.

Em oposição, as escolas que estão no nível V de perfil socioeconômico são da rede estadual, exceto uma instituição da rede municipal, e todas são localizadas no centro urbano da cidade. Esse dado se alinha ao que afirma Cavalcanti e Carvalho (2021) sobre a profunda desigualdade social no país, em especial no que se refere às

condições de vulnerabilidade dos sujeitos do campo, reforçando, assim, a necessidade de políticas públicas que atendam às especificidades da Educação do Campo (Arroyo, 2010).

Desse modo, entender o perfil socioeconômico em contraponto ao perfil geográfico auxilia gestores na análise e implementação de ações específicas de intervenção,

> tendo como referência um perfil de escolas similares que expressa os resultados de um grupo de escolas com características semelhantes, ou seja, que pertencem à mesma microrregião geográfica, localizam-se na mesma zona (urbana ou rural) e possuem valores do indicador de nível socioeconômico próximos (Inep, 2013, p. 5).

Por esse viés, vale salientar que, ao analisar as médias da Prova Brasil, as escolas com menor nível socioeconômico (II e III) se encontram também nos resultados mais baixos na escala de proficiência em Matemática e do Ideb. Entretanto, apresentam, nos resultados do Ideb, uma evolução positiva, ainda que estejam em sua maioria abaixo da média 4,0 em 2019, corroborando os resultados apresentados por Alves e Soares (2013) e Oliveira e Soares (2012).

Em relação à formação de professores[3], tem-se um indicador específico para a proporção de professores que possui a formação adequada para a disciplina que ministra (Inep, 2014). Como é de amplo conhecimento, a LDB determina a obrigatoriedade de formação em nível superior para atuação na educação básica, bem como o Plano Nacional de Educação (PNE), em suas duas edições (2001-2010 e 2011- 2020), assegura, na Meta 15, que é necessário, além da formação específica de nível superior, atuar em sua área de conhecimento.

Além disso, o estabelecimento da Política Nacional de Formação de Professores (Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009) garantiu a ampliação de cursos de licenciatura para professores em exercício, a exemplo do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além dos diversos programas de consolidação e valorização das Licenciaturas, como o Programa de

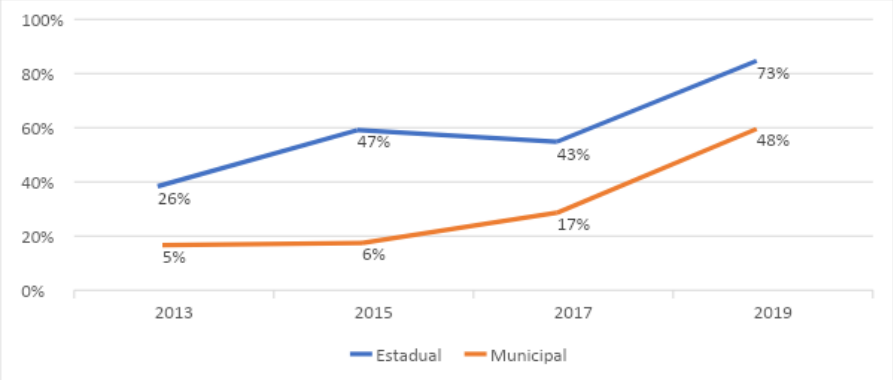
[3] Há uma divergência nos dados entre o total de escolas participantes e a formação de professores, de modo a variar em 2013, 2017 e 2019 em uma ou duas escolas, em função da instituição ter o resultado Ideb, mas não ter informação sobre a formação dos professores.

e-ISSN: 2177-8183

Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Pibid. Com base nisso, é possível observar, no Gráfico 6, qual a situação do município em relação a esse dado:

e-ISSN: 2177-8183

Gráfico 6 – Escolas que possuem mais de 50% do seu quadro de professores atuando em sua área de formação[4]



Fonte: elaboração própria, com dados da pesquisa (2024).

Os dados mostram uma evolução positiva do município (Tabela 2), com aproximação da meta a cada ano, com destaque para a rede estadual. Dados do Inep (2014) mostram que 85% e 73% dos professores que atuam nas redes estadual e municipal, respectivamente, possuem formação em licenciatura.

Tabela 2 - Funções Docentes por Nível de Formação e Modalidade de Ensino – Rede Pública - FSA – 2010

	NÍVEL DE FORMAÇÃO				
REDE	SEM ENSINO MÉDIO	COM ENSINO MÉDIO	MAGISTÉRIO	GRADUADO EM LICENCIATURA	TOTAL
ESTADUAL	01	190	14	1157	1362
MUNICIPAL	01	58	51	294	404

Fonte: Inep (2014).

É possível inferir, a partir da comparação dos dados, que na rede estadual temos um perfil mais próximo de garantir o cumprimento da legislação, ainda que distante da universalização, após quase 30 anos da LDB e 20 anos do primeiro PNE. Na rede municipal, apenas 48% das escolas possuem mais de 50% dos professores atuando em sua área de formação, dado inferior à média brasileira. Em Nota, o Inep (2014) evidenciou a atuação dos professores fora de sua área de formação,

[4] Optamos por excluir 2021, em função do pequeno número de escolas participantes da edição, o que causa uma distorção para esse dado especificamente, uma vez que estamos olhando o universo de escolas das redes.

apresentando dados que mostram que apenas 50% dos professores, em média, no Brasil, atuam na disciplina para a qual fizeram licenciatura, em todas as áreas.

Ball (2000) aponta as dificuldades de atuação do professor fora de sua área de formação e estudos. Ademais, Gatti (2013) e Gatti e Barretto (2009) têm discutido e sinalizado sobre a profissionalização docente e o conhecimento específico para o ensino na formação de professores.

Soma-se aos desafios inerentes à profissão docente a imposição dos sistemas de ensino que estabelecem uma miscelânea de disciplinas para compor a carga horária escolar de um professor. Para se aproximar do perfil de um professor ideal (Tardif, 2014), a formação inicial e a continuada precisam ser permanentes e dedicadas ao estudo do conhecimento específico e para o ensino.

Destaca-se ainda que, no Plano Municipal de Educação (PME), não está estabelecida a garantia de atuação do professor na sua área de formação, constando, no que se refere à meta 15, o compromisso de assegurar que todos os professores tenham formação em licenciatura até 2026 (Feira de Santana, 2016). Ainda, faz-se urgente que gestores dos sistemas de ensino se comprometam com o cumprimento da meta 15 estabelecida no PNE, garantindo a valorização da carreira docente no município e, ainda, objetivando resultados positivos nos processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem, o que, consequentemente, impactará os índices educacionais, em especial o Ideb, de forma positiva.

A última categoria está relacionada à participação e ao desempenho de estudantes do 9º ano do ensino fundamental na Prova Brasil/Saeb. A participação na avaliação divide-se em: estudantes presentes, que diz respeito ao número de estudantes que participaram da etapa avaliada; estudantes matriculados, conforme o censo escolar vigente; e taxa de participação, que é o percentual obtido pela divisão de alunos presentes por matriculados (Inep, 2007).

Comparativamente, a participação dos estudantes no exame tem comportamento similar nas duas redes, com taxa de participação média acima de 60%, possuindo concentração em torno de 70% e 90%, queda na participação em 2017 e uma constância de participação entre 2019 e 2021. Em relação ao cruzamento

dos dados de formação de professores e de desempenho dos estudantes, pesquisas têm comprovado que a atuação do professor fora de sua área de formação afeta negativamente o desempenho dos estudantes e tem impacto, inclusive, nas taxas de reprovação, distorção idade-série e abandono (Costa; Britto; Waltenberg, 2020; Oliveira, 2012; Silva Filho, 2019).

Estudos como o de Amaro (2017) e Pessin e Deps (2020) vêm demonstrando que o papel da gestão escolar, quando esta atua de modo informativo, com esclarecimento quanto aos objetivos das avaliações e o papel do professor, bem como enquanto mobilizador e incentivador junto aos alunos, proporciona impactos significativos nos resultados das avaliações externas, inclusive na participação dos alunos. Sendo assim, é necessária uma compreensão do papel da avaliação externa, de sistemas e de desconstruir o papel de competição, promovido pela mídia, em especial.

A avaliação é um retrato do sistema e seus resultados precisam ser estudados e discutidos, com vistas à melhoria do contexto escolar. Como afirmam Bonamino e Souza (2012, p. 377):

> Seu desenho [SAEB] mostra-se adequado para diagnosticar e monitorar a evolução da qualidade da educação básica, mas não permite medir a evolução do desempenho individual de alunos ou escolas. Seus resultados são divulgados de forma bastante agregada e, portanto, não permitem apoiar a introdução de políticas de responsabilização de professores, diretores e gestores por melhorias de qualidade nas unidades escolares.

Tal constatação sugere que as escolas que demonstram, por meio da participação contínua no Saeb em FSA, envolvimento com o processo da avaliação externa também são aquelas que têm os melhores resultados e índices pesquisados. Estas serão objeto de investigação na segunda etapa da pesquisa.

Ainda sobre a gestão dos sistemas de ensino e a comunidade escolar, uma vez que se compreende que o público principal da escola pública são os filhos da classe trabalhadora e, ainda, que as camadas populares encontram na escola, muitas vezes, o único espaço para acesso ao conhecimento formal (Saviani, 1999), tornando-se as mais prejudicadas, concordamos com a afirmação de que:

> Este círculo vicioso precisa ser rompido em algum ponto: gestores acusam os professores pela má qualidade da educação, professores acusam os

> gestores pela falta de condições de trabalho. Ambos acusam os sucessivos governos pelos descasos. Enquanto isso, gerações inteiras de alunos passam pelas escolas (Freitas *et al*., 2009, p. 43).

É possível afirmar, a partir da análise apresentada na categoria "participação no Saeb", que, em Feira de Santana, há uma oscilação constante no decorrer da série histórica, o que, consequentemente, interfere na obtenção dos resultados no Ideb. Ademais, com a oscilação do índice em cada escola temos que, em 2021, nenhuma instituição alcançou a meta projetada pelo Inep e poucas são as que conseguiram alcançar a meta estabelecida ao longo do monitoramento.

Em relação aos estudantes, a média de participação permanece constante em todas as edições na qual a escola está presente, o que nos faz inferir sobre o trabalho desenvolvido pelos professores, os quais são os responsáveis diretos no contato diário com o aluno. Sobre a formação dos professores, o município está longe de alcançar a meta estabelecida no PNE e no PME, em relação à garantia de formação em licenciatura, e mais distante ainda do alcance de atuar na área para o qual foi formado.

No tocante ao nível socioeconômico, os resultados apontam a vulnerabilidade dos estudantes das escolas públicas, com maior concentração nos estratos mais baixos das escolas dos distritos de FSA, e comprovam a profunda desigualdade no município, especialmente nas famílias campesinas. Além disso, a análise apresenta um panorama de desigualdade entre as escolas dos dois sistemas de ensino, assim como entre escolas do mesmo sistema.

Os resultados apontam as escolas que se destacam nas categorias, principalmente aquelas em que não se mantém uma constância positiva a cada edição, com oscilações significativas (positivas e negativas) no período. A partir dos resultados apresentados, foram selecionadas as escolas que serão nosso objeto de investigação, para compreender quais os investimentos recebidos por estas e quais as estratégias utilizadas por gestores que promovem, ao longo da série histórica, os resultados apresentados até aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a análise a partir do mapeamento apresentado no período de 2011 a 2021, na cidade de FSA, reafirma-se que é preciso contemplar os dados obtidos das avaliações, com uma abordagem crítica, não apenas como meros indicadores de aprovação, reprovação ou evasão escolar. Desse modo, necessita-se compreender as causas desses resultados, para elaborar e ajustar políticas a partir de dados que apontam especificidades no sistema educacional de cada município ou instituição, intensificando os pontos positivos, e corrigindo os negativos, visando a aprimorar continuamente a qualidade educacional.

Sendo assim, entende-se que a disponibilização desses resultados, de forma objetiva e com linguagem acessível, é uma fonte de informações que permitiria subsidiar tomadas de decisões no âmbito escolar. Isso, especialmente, no tocante ao planejamento de ações, partindo do pressuposto de que, a partir das análises das provas e dos resultados, fosse possível propor estratégias de ensino que garantissem melhorias na aprendizagem dos alunos e, consequentemente, no desempenho das escolas e de todo o município.

Visto isso, um dos resultados que se destaca é a relação entre a participação e os resultados, a qual sugere que a constância na participação no Saeb implica na melhoria dos resultados do Ideb. Tal inferência será investigada na próxima etapa da pesquisa, a partir do mapeamento dos investimentos recebidos por essas escolas, e das ações implementadas no período pela gestão.

O uso dos resultados pelos gestores e pela comunidade escolar permitem qualificar o processo de participação das escolas e pode possibilitar, por meio de intervenções pedagógicas, a melhoria dos resultados dos alunos nas avaliações de aprendizagem e das escolas nas avaliações externas. Isso como consequência da melhora do processo educacional, que envolve aspectos de ensino e aprendizagem, mas também de gestão.

Dessa forma, no que se refere a estudos que investiguem a relação entre a formação do professor, sua área de atuação na escola e os resultados do Ideb,

entende-se ser uma lacuna encontrada ao analisar os dados. Além disso, foi possível compreender que pode ser uma nova etapa da pesquisa, a ser adicionada posteriormente.

Especificamente em relação a Feira de Santana, espera-se que os resultados apresentados possam minimamente fomentar discussões, nas escolas, nos conselhos e, especialmente, no âmbito das secretarias. Ademais, aguarda-se que o panorama apresentado possa servir de fonte de informação que auxilie gestores nas tomadas de decisão.

Portanto, conclui-se afirmando que, para o alcance de um ensino de qualidade para todos, é fundamental que gestores se comprometam em todos os níveis e assumam a responsabilidade. Posto isso, ao considerar o complexo cenário educacional do Brasil, com diversos desafios a serem superados no tocante ao acesso e à permanência, é fundamental buscar estratégias que promovam a qualidade educacional e a transformação.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2002.

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. **Educação e Sociedade**, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, 2013.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. **Educ. Pesquisa**, v. 39, n.1, p. 177-194, 2013.

AMARO, I. Avaliação em larga escala e trabalho docente**. Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 19, n. 2, p. 417-436, 4 set. 2017.

ANTUNES, D. M. da S., OLIVEIRA, A. C. B. de, GRILO, M., ARAÚJO, M. de L. H. S., GRILO, J. de S. P. Uso de grafos na análise do impacto da volta às aulas: : uma tarefa investigativa para a Educação Básica. **Educação Matemática em Revista**, v. 26, n. 70, p. 62-75, 2021.

ARAÚJO, M. de L. H. S.; CRISTO, J. S. de; SANTOS, B. F. de J. dos. Ideb e Investimentos Educacionais: olhares iniciais para as escolas públicas de Feira de Santana - Bahia. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE, 27., 2024, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: EPEN, 2024. p. 1-11.

ARAÚJO, M. de L. H. S.; OLIVEIRA, H. L. da S.; SANTOS, A. C. A. Avaliação educacional: um olhar sobre a produção acadêmica na revista Ensaio (2009 -2020). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 117, p. 871-896, 2022.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.

BALL, D. L. Bridging practices: Intertwining content and pedagogy in teaching and learning to teach. **Journal of teacher education**, v. 51, n. 3, p. 241-247, 2000.

BARTOCHAK, Â. V.; SANTOS, E. R.; SANFELICE, G. R. PIBID na trajetória de Política Pública de Iniciação à Docência. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 20, maio 2021.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 2, p. e172129, maio 2017.

BAUER, A.; GATTI, B. A. (org.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil**: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr. 2012.

BRAGA, D. S.; MIRANDA, C. C. DE. Escolas invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites dos instrumentos de políticas públicas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 120, p. e0233515, 2023.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 85-103, jan. 2017.

CAVALCANTI, A. P. de H.; CARVALHO, W. L. de. A Educação do Campo no Cenário da Política Educacional Brasileira: breve histórico. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 30, n. 2, p. 1-18, 2021.

COSTA, R.; BRITTO, A.; WALTENBERG, F. Efeitos da formação docente sobre resultados escolares do ensino médio. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 369-409, jul. 2020.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. M. P. #Fiqueemcasa: Educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas**, v. 8, n. 3, 2020.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 3.651, de 16 de dezembro de 2016. Institui o Plano Municipal de Educação de Feira de Santana e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Feira de Santana, 16 dez. 2016.

FERNANDES, R. A universalização da avaliação e a criação do Ideb: pressupostos e perspectivas. **Em Aberto**, v. 29, n. 96, p. 99-111, 2016.

FRANCO, C.; ALVES, F.; BONAMINO, A. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares". **Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, n. 37, 2007.

FREITAS, D. N. T. de. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R.; SIGRIST MALAVASI, M. M.; COSTA, H. L. de F. **Avaliação educacional**: Caminhando pela contramão. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GALVÃO, R. R.; SILVA, A. B. da; SILVA, F. de A. E. Relação Dos Gastos Educacionais Com O Ideb Nos Municípios Pernambucanos. **Revista Pernambucana de Administração**, Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 86-100, 23 abr. 2021.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GATTI, B. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP. **Detalhamento da população e resultados do Saeb 2021**: nota técnica nº 20/2021/CGIM/DAEB: processo nº 23036.006358/2021-77. Brasília, DF: Inep, 2021.

INEP. **Indicador de Nível Socioeconômico do SAEB 2021**: Nota Técnica. Brasília, DF: Inep, 2022.

INEP. **Nota Explicativa**: resultados da Prova Brasil 2013. Brasília, DF: Inep, 2013.

INEP. **Nota Técnica 020/2014**: Indicador de adequação da formação do docente na educação básica. Brasília, DF: Inep, 2014.

INEP. **Nota técnica**: Ideb. Brasília, DF: Inep, 2007.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2022.

JESUS, D. P . **Avaliação nacional do rendimento escolar**: as implicações da prova brasil nas ações de gestores de escolas municipais de Feira de Santana. 2019.124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

LEHER, R.; PINO, I. R.; ZUIN, A. A. S.; ALMEIDA, L. C.; SILVEIRA, A. A. D.; DALBOSCO, C. A.; MORAES, C. S. V.; MAZZA, D.; AMARAL, N. C.; SOUZA, S. M. Z. L.; ALMEIDA, A. M. F.; FERRETTI, C. J.; SISTO, V.; GOERGEN, P.; XIMENES, S.; LIMA, L. C. V. S.; TREVISAN, A. R.; RAMBLA, X. Novas possibilidades históricas para a democracia e para a educação pública. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e271371, 2023.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 76, p. 587-606, jul. 2012.

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D. **Determinantes da repetência escolar no Brasil**: Uma análise de painel dos censos escolares entre 2007 e 2010. Brasília, DF: Ipea, 2012.

PAULA, A. S. do N. de; RODRIGUES, M. B. do N.; SOARES, T. T.; LIMA, K. R. R. Impactos da pandemia da Covid-19 nas avaliações de larga escala no Brasil: breves reflexões. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 2, n. 2, p. e021010, 2021.

PESSIN, G.; DEPS, V. L. O Ideb e a atuação docente na perspectiva da autorregulação. **Educação em Revista**, v. 36, p. e219808, 2020.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 32. ed. Cortez. São Paulo. 1999.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291–304, 2018.

SILVA FILHO, G. A. Efeito da formação docente sobre proficiência no início do ens. fundamental. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, n. 3, p. 385-411. 2019.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 12, n. 38, 2004.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VICENTE, M. S.; DIAS, S. de O. M.; SANO, B. H. Análise da Ampliação do Ensino Superior no Brasil a partir do Programa de Reestruturação e Expansão Universitária: as novas universidades federais. **Movimento Revista de Educação**, Niterói, ano 5, n. 9, p. 7-40, 2018.

VIEIRA, M.; TENÓRIO, R. M. Lacunas conceituais na doutrina das quatro gerações: elementos para uma teoria da avaliação p. 53 - 74. *In*: TENÓRIO, R. M.; LOPES, U. M. (org.) **Avaliação e Gestão**: teorias e práticas. Salvador: EDUFBA, 2010.

Submetido em maio 2025
Avaliado em outubro 2025
Publicado em abril 2026

Apoio:

As bolsas de Iniciação Científica foram mantidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), além de contarem com o Programa Interno de Auxílio Financeiro à Pesquisa da UEFS (Finapesq e Finapesq Pró-Mulher), que tem permitido a manutenção da pesquisa, principalmente no tocante à coleta de dados, contribuindo para a formação acadêmica das discentes e para o avanço da pesquisa.